**MAPEAMENTO DE PERIÓDICOS DAS REVISTAS RBPAE, RBE E REAE: O QUE DIZEM SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÕES EXTERNAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO?**

Ana Gabriela de Oliveira Silva

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/CAMEAM. E-mail: [gabisilva.go22@gmail.com](mailto:gabisilva.go22@gmail.com)

Allan Solano Souza

Professor Doutor do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/CAMEAM. E-mail:[asolanosouza@gmail.com](mailto:asolanosouza@gmail.com)

**RESUMO:**

Este trabalho objetiva contribuir para construção de um quadro teórico-metodológico capaz de trazer luz as relações entre avaliação externa da educação com o debate da qualidade da educação. A pesquisa detém como encaminhamento metodológico algumas orientações do materialismo histórico dialético, buscando compreender as contradições e as transformações desses fenômenos, considerando a historicidade dos processos sociais e dos conceitos de avaliação externa em educação. Do ponto de vista procedimental realiza compilação de artigos científicos disponíveis nas bases de dados da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), Revista Brasileira de Educação (RBE) e Revista Estudo em Avaliação Educacional (REAE) permitindo um conhecimento mais aprofundado a partir de autores como SCHNEIDER e ROSTIROLA (2015) e BOLDARINE, BARBOSA e ANNIBAL (2017). Contatou-se que os exames em larga escala que deveriam representar um momento vivenciado pela escola, passa a ser considerado em um instrumento de gestão gerencial da escola, desconsiderando-se os contextos e se enfatizando os resultados.

**Palavras-chave:** Avaliação. Qualidade da educação. Indicadores de desempenho.

1. **ASPECTOS INTRODUTÓRIOS**

Este trabalho se propõe partilhar aprendizados vivenciados através do projeto *“Avaliação externa da educação em revistas científicas: articulações teóricas e tendências”*,pertencente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, com bolsa de estudo pela Universidade do Estado do Rio Grande Norte (PIBIC/UERN), que tem proporcionado ao acadêmico um contato direto com a atividade de pesquisa cientifica, no campo das políticas educacionais.

Um dos marcos do período a qual vivenciamos, tratando-se mais especificamente da educação, é a importância que é dado as avaliações, neste sentido se faz relevante discutir os termos como está vem sendo orientada. Assim esse estudo objetiva apresentar os achados da pesquisa que tem contribuído para a construção do quadro teórico-metodológico capaz de trazer luz as relações entre avaliação externa da educação com o debate da qualidade da educação.

As avaliações estão presentes em todos os processos educacionais, sendo utilizada desde como instrumento de aferição de diagnósticos ou como forma de intervenção pedagógica nas práticas desenvolvidas pelos professores, partindo destes princípios surgem as reflexões sobre a relação das avaliações externas com a qualidade da educação. Com base nisso conduzimos a nossa pesquisa com um levantamento bibliográfico a partir de periódicos obtidos em três revistas qualificadas na área, a Revista *Brasileira de Políticas e Administração da Educação (RBPAE)*, revista *Brasileira de Educação (RBE),* e pôr fim a revista *Estudo em Avaliação Educacional (REAE)*.

Iniciamos as análises apresentando a metodologia utilizada, em seguida partimos para as discussões e resultados encontrados, ficando evidente que há uma crescente busca por mecanismos cada vez mais sofisticados de aferição de resultados e desempenho das escolas e estudantes, abarcando desde instrumentos do âmbito local, as avaliações externas, a mecanismos transnacionais. Por fim apresentamos as nossas conclusões, onde compreendemos que o número considerável de periódicos coletados que tratam da temática avaliação externa demonstram a importância do tema para o campo educacional, já que elas influenciam na criação de políticas e na revisão curricular do ensino.

1. **MATERIAIS E MÉTODOS**

A pesquisa detém como encaminhamento metodológico algumas orientações do materialismo histórico dialético, no sentido em que buscamos compreender as transformações e contradições, considerando a historicidade dos processos, para construímos um aporte teórico referente as tendências de avaliação externa e suas articulações com a qualidade da educação.

Do ponto de vista procedimental, foram definidos para consulta três periódicos qualificados da área de educação, a primeira sendo a Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação (RBPAE), qualis A1, onde foi considerado inicialmente o cenário das publicações sobre a avaliação externa da educação; a segunda base de análise foi a revista Brasileira de Educação (RBE), qualis A1, nesta nos detemos em relação aos usos dos resultados das diversas avaliações externas, no sentido em que as avaliações vem tomando no contexto do cotidiano escolar, bem como na construção de políticas públicas; por fim as publicações da revista Estudo em Avaliação Educacional (REAE), qualis A1, nos quais evidenciaram os trabalhos sobre o impacto de indicadores de desempenho e das políticas de responsabilização.

Ao serem definidos os trabalhos para investigação, compilamos os artigos em fichas de análises, dividida em 10 quesitos, sendo estes a base consultada, data do fichamento, título do trabalho, autor, ano de publicação, referência bibliográfica, link de acesso, data de acesso, palavras-chaves e resumo. A partir destes levantamentos partimos para as discussões dos resultados obtidos.

1. **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste tópico discutiremos as análises e resultados dos periódicos extraídos da base de dados das revistas selecionadas. Para um melhor entendimento e organização do trabalho, a investigação do material foi dividida segunda a sua base de consulta.

* 1. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**

Nas oito ocorrências de artigos na categoria avaliação externa da educação da RBPAE, foi possível perceber a predominância de trabalhos voltados para o impacto desta no quesito melhoria da qualidade do ensino. As palavras-chaves mais identificadas foram: Avaliação em larga escala (equivalente a 20% de ocorrência), políticas educacionais (20%), qualidade (20%), IDEB (20%) e educação básica (20%)*.* Ao realizarmos as leituras dos resumos constatamos que a principal metodologia utilizada, no total de 8 trabalho, 40 % foram pesquisas bibliográfica e documental, para a coleta de dados 10 % recorreu ao uso de questionários.

As avaliações externas da educação tem sido alvo de grandes debates, envolto em um cenário de mudanças nas formas como o estado vem atuando, no que se chama de Nova Gestão Pública. Nessa nova forma de se administrar o setor público as avaliações surgem como eixo estruturante, no setor educacional os exames aplicados entre alunos, professores e gestores, segundo autores como Schneider e Rostirola (2015)vem atuando como instrumento regulador dos governos para a produção e regulação das políticas públicas. Segundo esta perspectiva se é apontado que durante as últimas três décadas as políticas de avaliação tem contribuído para se implementar mecanismos de “quase-mercado” para o setor educacional, o que acarreta em uma mudança no papel do Estado na definição de políticas públicas e também no posicionamento das escola referente ao processo de ensino-aprendizagem. Os aspectos de consolidação do que se chama Estado Avaliador, que seria a adoção de uma lógica de mercado para o campo educacional, adota-se modelos de gestão do setor privado para o setor público, onde o foco está no produto que o sistema educacional produz e nos resultados. Como Schneider e Rostirola (2015)afirma:

Dada a centralidade das avaliações como estratégia para assegurar determinado referencial de qualidade, sociólogos do campo afirmam que estamos presenciando a conformação de nova fase nos desdobramentos do papel do Estado, denominada Estado avaliador (AFONSO, 2009; NEAVE, 2001; BALL, 2004). Em sentido amplo, essa expressão significa que o Estado passou a admitir “a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase no resultado e nos produtos dos sistemas educativos.” (AFONSO, 2009, p. 49). Trata-se, na visão do autor, de um novo *darwinismo social*, que tem na avaliação um dos pontos centrais das recentes reformas na administração pública*. (*Schneider e Rostirola, 2015, p.494)

O que se percebe é que cada vez mais os países vem buscando mecanismos mais sofisticados de aferição de resultados e desempenho das escolas e estudantes, que envolvem desde instrumentos do âmbito local, que seriam as avaliações em larga-escala, a mecanismos transnacionais. Estas configurações do Estado-avaliador tem como objetivo atender e garantir os projetos de desenvolvimento capitalista. A implementação desse sistema avaliativo no campo educacional tem se caracterizado por três fases, o primeiro estágio estaria vinculado as ideias neoliberais, os aspectos de *accountability,* de testes padronizados, prestação de conta e de responsabilização. A segunda fase é marcado por avaliações e indicadores internacionais, com o surgimento de organizações internacionais que constroem e idealizam políticas de avaliação nacionais, nessa fase é dado ênfase as avaliações comparativas, onde se adotam modelos e exemplos de políticas educacionais e avaliativas de um outro pais, com a finalidade de se melhor a educação por meio de práticas que funcionaram, em uma espécie de consenso no uso das avaliações. A terceira fase estaria marcada por um distanciamento cada vez maior do âmbito nacional, permitindo uma maior regulação internacional, enfatizando a privatização e mercantilização. Apesar de se constituírem por três fases distintas, não significa que estás não possam coexistirem juntas.

Verifica-se que o crescimento dos uso das avaliações como instrumento para a gestão da educação e como um mecanismo para a melhoria da qualidade do ensino está ligada e pautada em resultados de proficiência, constatada por meio de provas padronizadas. De acordo com o trabalho de Vieira, Vidal e Nogueira (2015) as avaliações em larga escala surgem nas escolas em forma de produto e de processo. Em forma de produto na medida em que é executada por meio de provas e pelos resultados que são obtidos, já enquanto processo as avaliações impactam e são incorporadas no cotidiano das escolas de diferentes maneiras, onde os professores são os principais responsáveis pela implementação dos processos e pelo produto, os resultados das aprendizagens dos alunos. Ainda segundo o mesmo estudo, é apontado que algumas escolas consideram as avaliações externas como fontes de inspiração, norteadora do trabalho docente, já outras permanecem desenvolvendo o mesmo trabalho de sempre, não considerando os resultados das avaliações e índices, entretanto essa prática gradativamente está sendo extinta, já que cada vez mais os gestores e docentes são cobrados, possuem metas, onde são premiados pelo alcance ou até mesmo punidos.

Entretanto, Prestes e Faria (2014) debatem que as discussões em torno das avaliações em larga escala podem possuir diferentes facetas e interpretações, na medida em que podem estar inclinados a servirem aos interesses das classes dominantes, na manutenção de status, ou podem contribuir para a construção de políticas públicas educacionais que promovam a equidade e qualidade nos processos de ensino, voltadas aos interesses democráticos e as necessidades das escolas, é nesse sentido que as avaliações podem possuir múltiplas facetas. Como se é apontado:

É importante reconhecer que as implicações sociais, políticas, econômicas e ecológicas das atividades de avaliação, não estão apenas subordinadas aos interesses particulares dos grupos dominantes, não só reforçam e legitimam as desigualdades das condições de competição dos países, das escolas e dos coletivos humanos, mas, que, de maneira análoga, também refletem demandas e necessidades de grupos minoritários e excluídos. Estes resultados, paradoxalmente, são também capazes de abrir espaços para subverter a ordem dominante das jovens democracias, como a brasileira, e fazer possível a construção de um novo pensamento; a construção e reconstrução de mentalidades e realidades novas, inclusive da construção de realidades educativas menos excludentes e mais equânimes. (Prestes e Faria, 2014, p. 580)

Desse modo apesar dos indicadores muitas vezes desconsiderarem fatores importantes do contexto escolar, reforçando as desigualdades das condições de competição, eles refletem as demandas e as necessidades da escola, podendo ser capaz de abrir espaço para que tais problemas sejam debatidos e superados, contribuindo para a criação de medidas e políticas que busquem oferecer oportunidades de acesso a uma educação de qualidade.

Além desses assuntos apontados encontramos também trabalhos que tratam especificamente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde este vem se mostrando como um grande influenciador e indutor nos trabalhos dos docentes e dos gestores, contribuindo para uma nova configuração da escola e um novo ritmo de trabalho para os professores.

* 1. **Revista Brasileira de Educação**

Nos quatros periódicos coletados da base da dados da RBE foi possível notar uma apreensão na forma como as avaliações vem sendo conduzidas, como estas vem sendo realizadas pelos municípios, assim como quais os propósitos que as avaliações vem servindo, já que elas claramente se constituem como um importante mecanismos orientador na construção de políticas e práticas educacionais. As palavras-chaves mais presentes foram: avaliação educacional (20%) e gestão educacional (20%). Referente a metodologia, observamos que as mais usuais foram pesquisas bibliográfica, com 75% e estudos de casos com 25%.

Em um dos periódico (Bauer; Sousa; Neto; Valle e Pimenta, 2017) apresenta uma vasta pesquisa de abrangência nacional, na qual possui como objetivo mapear, bem como caracterizar as iniciativas de avaliação em larga escala desenvolvidas pelos municípios, os usos que as gestões fazem os resultados das avaliações, vindo a mostrar a consolidação dos processos avaliativos como aparato para a gestão educacional. Além da adesão das avaliações propostas e coordenadas pelo governo federal, a pesquisa aponta claramente um crescente aumento de iniciativas de avaliação feitas pelos próprios estados e municípios.

[...]67% dos municípios indicam compar­tilhar, também, das avaliações externas implantadas pelos governos dos estados a que pertencem. A essa constatação soma-se a proposição de iniciativas de avaliação próprias pelos municípios, declaradas por 37% dos respondentes (n=1.573), o que representa cerca de 30% dos municípios brasileiros. (Bauer; Sousa; Neto; Valle e Pimenta, 2017, p. 05)

Com esses dados percebe-se que progressivamente se vem crescendo projetos e medidas avaliativas de diferentes instancias que estão interligas ao âmbito educacional, sendo realizadas por diferentes agentes do corpo escolar, desde técnicos, professores, gestores das redes, ou recorrendo a empresas e consultoria.

A principal alegação dos municípios em buscar mecanismos avaliativos próprios aparecem como sendo a necessidade de se ter diagnósticos que monitorem o ensino e a aprendizagem, bem como a adequação e o controle curricular. As ações mais recorrentes de diagnósticos são as referentes aos resultados de proficiência dos alunos e também medidas avaliativas para o professor, com iniciativas de formação continuada.

Pareceram ainda artigos que que trazem uma discussão sobre as políticas de avaliação na alfabetização, o sentido que estas vem tomando, as relações entre os procedimentos e os resultados. Ressaltando que “as provas estandardizadas não realizam uma avaliação da aprendizagem, elas aferem o desempenho nas habilidades previamente selecionadas como fundamentais para a leitura e escrita, por meio de um teste objetivo (Esteban, 2012)”, em vista disso o que se vem desenvolvendo para a avaliação da alfabetização são políticas de ação altamente regulatória, acabando por restringir o diálogo na sala de aula. O trabalho de Esteban (2012) sugere que se deve buscar para a alfabetização medidas integradoras, que proporcione a todos o acesso ao conhecimento, nesse sentido o processo de avaliação pode:

[...] integrar-se [...] por meio de práticas fundamentadas na interação, no diálogo, na reflexão, em que erro e acerto não são posições com valores desiguais, mas expressões dos diferentes sujeitos, processos e conhecimentos que dialogam na produção de novas possibilidades, de saber e de fazer. (Esteban, 2012, p. 591)

Nessa mesma perspectiva o estudo de Almeida (2017), aponta a relação intrínseca entre o desempenho escolar aferido pelos exames e o entorno social da escola, para isso a pesquisa toma como referência quatro escola municipais de Campinas/SP. Os resultados mostram que:

[...] em tempos de políticas públicas educacionais mais voltadas à mensuração de resultados que à avaliação de processos, em uma perspectiva de culpabilização dos sujeitos, analisar os aspectos do entorno social que influenciam o desenvolvimento do trabalho escolar é importante para recolocar o debate das reais possibilidades das escolas e de seus limites na garantia da melhoria, restritamente, do desempenho dos alunos medido via testes padronizados e, mais apropriada­mente, dos patamares de qualidade ofertados pelos estabelecimentos escolares à população atendida. *(*Almeida, 2017, p.381*)*

Com isso fica claro que os processos avaliativos devem tomar como referência e considerar os entornos sociais, já que ao se compreender os contextos se permite uma maior abertura para se atuar neles. Os testes padronizados ao privilegiarem medidas generalizadas acabam por camuflarem ou até mesmo esconderem as singularidades, reforçando o distanciamento do compromisso escolar com os projetos democráticos e de libertação. É nesse sentido que se faz essencial buscar mecanismos de avaliações externas que considerem as particularidades, comprometida com o todo social.

* 1. **Revista Estudo em Avaliação Educacional**

Em referência ao eixo avaliação externa e qualidade da educação na revista REAE obtivemos 7 ocorrências, nos quais se destacam as discussões sobre a forma que os resultados das avaliações vem orientando e determinado os rumos do sistemas educacional, sobretudo se acentuando uma preocupação com as políticas de responsabilização. As palavras-chaves mais encontradas foram avaliação da aprendizagem (20%), avaliação externa (20%), avaliação da educação (20%) e políticas educacionais (40%). Já a respeito da metodologia as mais utilizadas, com o total de 7 trabalhos, foram estudos de casos (60%), revisão bibliográfica (30%) e entrevistas (10%).

Um dos periódicos analisados foi a pesquisa desenvolvida por Boldarine, Barbosa e Annibal (2017), onde os autores se propuseram a fazem um estudo referente as produções cientifica no período de 2010 a 2015 sobre as avaliações de aprendizagem, onde os resultados indicam que os estudos sobre as avaliações externas está sendo amplamente debatido em diferentes periódicos, de modo que em muitos dos trabalhos foi possível constatar que os exames ainda são tomados pelas escolas como um instrumento de medida, compreendidos por uma visão tecnicista. Entretanto, se evidencia que a muito tempo as pesquisas na área reconhecem a necessidade de mudar e de se melhorar as práticas avaliativas que se vem desenvolvendo, já que a avaliação se constitui como um item importante no processo educacional, sendo necessário que estejam articuladas aos objetivos do professor em sala de aula.

É nessa perspectiva que se faz importante indagar qual o sentido que as avaliações estão tomando, se estão relacionadas com as finalidades sociais, ou apenas como aferição, medidas de resultados. Este se constitui como um ponto crucial, na medida em que as avaliações de fato é um dispositivo valido e indispensável para o diagnóstico das escolas, para o direcionamento de políticas e dos próprio sistema educacional, por isso que é fundamental está atento ao rumo pelo qual os testes e exames são conduzidos, se estão promovendo uma intervenção adequada.

Almeida e Dalben (2015) salientam que os processos de avaliação da aprendizagem sempre estiveram presentes na escola, entretanto, desde a implementação das avaliações em larga escala, dos teste estandardizados, da relação entre a aprendizagem dos alunos e a proficiência medida em exames se vem cada vez mais aumentando as atenções para essa área. Os estudos estão se ampliando e se aprofundando não somente em analisar o exame em si, mas também em compreender os contextos em que são criados, analisando os métodos, a natureza quantitativa e o modelo estático disposto. Uma das limitações apresentadas na análise é o fato de que:

[...] as atuais avaliações se proporem a medir a proficiência dos alunos em apenas duas ou três disciplinas escolares e tomar essa medida como representação de todo o trabalho realizado nas escolas e dos resultados dele decorrentes. Essa limitação pode ser traduzida em uma queixa bastante comum entre os profissionais da educação: “as avaliações não conseguem medir tudo o que a escola faz”. (Almeida; Dalben, 2015, p.15)

Em vista disto fica claro que um dos grandes limites na forma técnica em que as avaliações estão sendo feitas é que seus resultados sejam usados para retratar o todo escolar, como se fosse capaz de medir a totalidade do trabalho feito, quando na verdade ela é somente uma parte da análise, já que os resultados dos testes medidos pelas avaliações externas não dependem totalmente do trabalho da escola e dos professores, é preciso considerar também os fatores extraescolares, que podem aumentar ou dificultar a proficiência dos alunos.

Em alusão as medidas de responsabilização, destacamos a pesquisa desenvolvida por Koslinski; Ribeiro e Oliveira (2017), no qual realiza um estudo sobre o impacto do uso de indicadores de desempenho escolar, pela política prêmio nota dez. As discussões demonstram as preocupações dos autores na complexidade dos efeitos destas medidas, uma vez que:

Um dos possíveis efeitos perversos das políticas de responsabilização reside no fato de que, em alguns casos, as tentativas de elevar os índices monitorados podem conduzir gestores, diretores e professores a políticas e práticas geradoras de desigualdades. (koslinski; Ribeiro e Oliveira, 2017, p.34)

Contudo os autores ainda revelam que as políticas mais modernas apontam uma crescente preocupação em adotar em suas métricas elementos que buscam amenizar e conter estes efeitos, só que no Brasil os debates sobre metas ainda é muito recente, estando a maior parte das discussões sobre a forma pela qual os indicadores educacionais estão sendo utilizados para mediar as políticas de responsabilização, de bonificação de professores pautada em evidencias de outros países.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos que o número considerável de periódicos coletados que tratam da temática avaliação externa demonstram a importância do tema para o campo educacional, já que elas influenciam na criação de políticas e na revisão curricular do ensino. Este se constituindo como um dos pontos decisivos ao se considerar os exames avaliativos, o papel que a avaliação exerce nos programas curriculares. As avaliações ainda que seja um campo de relevância inquestionável para o acompanhamento de políticas e do ensino, podem ser levadas a atuarem apenas como uma medida de controle e monitoramento, pouco utilizando os resultados para se melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

As discussões e preocupações dos autores dos trabalhos selecionados, em grande parte giram em volta de algumas questões em comum, como o crescente discurso dos governos em declararem a importância de se garantir uma educação de qualidade para todos, e as avaliações surgem como forma de gerenciamento do sistema, onde muitas vezes a lógica avaliativa utilizada vem contribuindo para uma visão seletiva e excludente, que vão contra ao princípios do direito a educação, nos quais se baseiam em igualdade, democracia e cidadania.

As avaliações no decorrer do período letivo, em alguns casos citados nos periódicos analisados, passam a serem vistas como um meio de treinamento para as avaliações externas, incentivando o pagamento de bônus salarias para professores, de certa forma se deixando de lado o sentido pedagógico para se focar no econômico.

O materialismo veio a contribuir para nosso estudo no sentido de compreendermos as contradições, entendemos que a escola como um bem público da sociedade precisa prestar conta, mostrar seus resultados, como vem atuando. Isso se revela por meio do sucesso na aprendizagem, entretanto, o problema está na forma e no mal uso que se vem fazendo das avaliações externas, onde se constrói por meio de uma gestão gerencial o ranqueamento entre as instituições, quando se incentiva a competição de mercado, e se deixa de lado o caráter democrático e de equidade, quando a aplicação dos exames em larga escala, que deveriam representar apenas um diagnóstico de um momento vivido pela escola, passar a representar o todo, se desconsiderando os contexto e se enfatizando apenas os dados quantificáveis.

Desta forma foi possível constar o avanço dos mecanismos de avaliação como instrumento utilizados pelos governos para se aferir e proporcionar uma ensino de melhor qualidade. No entanto muitas vezes isso não ocorre na realidade escolar, já que as políticas de avaliação externa insistem em princípios baseados em evidencias, índices e metas, para se proporcionar uma melhoria na qualidade do ensino, contudo o que se percebe é que até se pode melhorar os índices numéricos do IDEB, mas isso não está necessariamente associado com a melhoria da qualidade da educação.

Consideramos no nosso estudo trabalhos que tratam sobre as práticas avaliativas, o seu contexto de consolidação, como elas vem sendo conduzidas, e sua relação com a qualidade do ensino. Com a estruturação da pesquisa ficou evidente que o que vem prevalecendo hoje no sistema escolar é uma avaliação técnica, metódica, centrada em teste que buscam medir com exatidão a aprendizagem, todavia estes acabam não refletindo fatores importantes do processo de ensino/aprendizagem, o que leva a praticas avaliativas inconsistentes.

**REFERÊNCIAS:**

ALMEIDA, Luana Costa. As desigualdades e o trabalho das escolas: problematizando a relação entre desempenho e localização socioespacial. **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

ALVES, Wanderson Ferreira**.** Avaliar e gerir: força e miséria de um ideário presente nas políticas educacionais contemporâneas. **Revista Brasileira de** Educação v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.

BOLDARINE, Rosaria de Fátima; BARBOSA, Raquel Lazzari; ANNIBAL, Sérgio Fabiano. Tendências da produção de conhecimento em avaliação das aprendizagens no Brasil (2010-2014). **Revista Estudo em Avaliação Educacional**- São Paulo, v. 28, n. 67, p. 160-189, jan./abr. 2017.

BAUER, A.; SOUSA, S. M. Z. L.; NETO, J. L. H.; VALLE, R. C. PIMENTA, C. O. Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol.22, n.71, 2017  Epub, 09-Out-2017.

DELBEN, Adilson; ALMEIDA, Luana Costa. Para uma avaliação em larga escala multidimensional. **Revista Estudo em Avaliação Educacional**- São Paulo, v. 26, n. 61, p. 12-28, jan./abr. 2015.

ESTEBAN, Maria Teresa**.** Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

PRESTES, Emilia Maria da Trindade; FARIAS, Maria da Salete Barboza. Face(s) da avaliação da educação em tempos de incertezas. **Revista Brasileira de política e administração da educação** - v. 30, n. 3, p. 571 - 582. 2014.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. Estado avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. **Revista brasileira de política e administração da educação -** v. 31, n. 3, p. 493 - 510. 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia; NOGUEIRA, Jaana Flavia Fernandes. Gestão da aprendizagem em tempos de Ideb: percepções dos docentes**. Revista Brasileira de política e administração da educação-** v. 31, n. 1, p. 85 - 106. 2015.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; RIBEIRO, Eduardo; OLIVEIRA, Luisa Xavier. Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do “prêmio escola nota dez”. **Revista Brasileira de política e administração da educação**. São Paulo, v. 28, n. 69, p. 804-846, set./dez. 2017.